



ACÓRDÃO Nº919/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11769/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Hospital de Isolamento Chapô Prevo.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Sandra Lúcia Loureiro de Queiroz Lima (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Fábio Nunes Bandeira de Melo – OAB/AM 4331, Bruno Vieira da Rocha Barbirato – OAB/AM 6975, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva – OAB/AM 6897, Camila Pontes Torres – OAB/AM 12280 e Igor Arnaud Ferreira – OAB/AM 10428.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3673/2021-DIMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Hospital de Isolamento Chapô Prevo. Exercício de 2020.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Determinação. Notificação. Ciência. Arquivamento.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas da Sra. **Sandra Lúcia Loureiro de Queiroz Lima**, Diretora-Geral do Hospital de Isolamento Chapô Prevo, referente ao exercício de 2020, nos termos do art. 1º, II, e art. 22, II, da Lei nº 2.423/96 (LOTCE/AM) c/c o art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002 (RITCE/AM).

10.2. Dar quitação à Sra. **Sandra Lúcia Loureiro de Queiroz Lima**, Diretora-Geral do Hospital de Isolamento Chapô Prevo, nos termos dos arts. 24 e 72, inciso II, da Lei 2.423/96 (LOTCE/AM), c/c o art. 189, inciso II, da Resolução nº 04/2002 (RITCE/AM).

10.3. Determinar à Origem que nos termos do artigo 188, §2º, da Resolução



ACÓRDÃO Nº919/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

nº 04/2002 (RITCE/AM), evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas que:

- 10.3.1.** Observe a implantação do sistema Ajuri, de modo a permitir a atualização e os ajustes necessários, objetivando um melhor controle patrimonial, nas próximas prestações de contas anuais.
 - 10.3.2.** Dê cumprimento ao art. 24, da Lei nº 8.666/1993, (arts. 72 e 75 da Lei nº 14.133/2021), valor este atualizado pelo Decreto nº 9.412/2018 vedando o fracionamento.
 - 10.3.3.** Observe com rigor os ditames da Lei Federal nº 8.666/93, no que diz respeito à contratação conforme a modalidade adequada, evitando desta forma, a fragmentação de despesa.
 - 10.3.4.** Realize pesquisa junto ao mercado, para a prorrogação de contratos de natureza continuada, quando não houver previamente definido no contrato índices setoriais oficiais com fulcro no Acórdão nº 1214/2013.
 - 10.3.5.** Acoste todos os documentos necessários para realizar licitação de contratos e evite celebrar contratos de forma indenizatória.
 - 10.3.6.** Observe, por último, que a reincidência, nas próximas Prestações de Contas, das determinações ora veiculadas acarretará o julgamento da Irregularidade da respectiva Conta, conforme prevê o art. 188, parágrafo 1º, inciso III, alínea “e”, do RITCE-AM, c/c art. 22, §1º, da LOTCE/AM.
- 10.4. Notificar** a Sra. **Sandra Lúcia Loureiro de Queiroz Lima** e seus patronos, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para que tome ciência do decisório.
- 10.5. Dar ciência** ao Ministério Público do Estado do Amazonas para apuração de possíveis ilícitos cíveis e criminais pertinentes objeto desta Prestação de Contas.
- 10.6. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos arts. 159 e 160, da Resolução nº 04/2002 (RITCE/AM), adote as providências do RITCE/AM.
- 10.7. Arquivar** os autos.



ACÓRDÃO Nº919/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 11- Ata:** 21ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.
12- Data da Sessão: 14 de Junho de 2022.
13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).
13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.
14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral